

A. I. Nº - 192128.0085/19-8
AUTUADO - ANDRESSA L SILVA ARTIGOS DO VESTUÁRIO
AUTUANTE - GLÍCIA COELHO DE SOUZA
ORIGEM - DAT SUL / INFAZ COSTA DO CACAU
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 06/07/2023

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0130-04/23-VD

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. CONTRIBUINTE ENQUADRADO NO REGIME DO SIMPLES NACIONAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO. NULIDADE. FALTA DE CERTEZA E LIQUIDEZ DO LANÇAMENTO. Não há elementos nos autos, mais especificamente no demonstrativo de débito original da autuação; ou mesmo no novo demonstrativo de débito elaborado em sede de diligência fiscal, por fiscal estranho ao feito, a pedido desta 4ª JJF, que determinem, com segurança, o cometimento da infração no volume imputado ao sujeito passivo. Nulidade da autuação, com fundamento no art. 18, inc. IV, “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, considerando a existencia de vícios materiais, no instrumento de apuração do débito lançado, mesmo sendo colocado em diligência em observância ao § 1º do citado artigo, acarretando incerteza na determinação do valor do débito, cuja elucidação, nestes autos, em nova diligência fiscal, implicaria em uma nova ação fiscal. Represento à autoridade competente para renovação do procedimento fiscal a salvo de falhas na forma do art. 21 do RPAF-BA/99. Auto de Infração **NULO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 16/09/2019, constitui crédito tributário no valor de R\$ 35.346,90, conforme demonstrativo acostado à fl. 07 dos autos, em razão da constatação das seguintes irregularidades:

INFRAÇÃO 01 - 07.21.03: Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado nos anos de 2016, 2017 e 2018. Lançado ICMS no valor de R\$ 35.346,90, com enquadramento nos artigo 12-A, da Lei nº 7.014/96, c/c art. 321, inciso VII, alínea “b”, do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/92, mais multa tipificada no art. 42, ind. II, alínea “d”, da Lei 7.014/96.

O sujeito passivo, às fls. 13/15 dos autos, apresenta defesa administrativa, onde, após descrever resumidamente os termos da autuação, traça suas considerações, que a seguir passo a expor:

Diz que, neste Auto de Infração nº 192128.0085/19-8, em tela, há erros eivados de vícios e de nulidade não sanáveis do ponto de vista da matéria tributária, pois, há vários lançamentos errôneos de débitos tributários pelo nobre Fiscal ao inserir neste documento fiscal fatos geradores que não coadunam para a aplicação da presente lavratura da citada infração, conforme disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 12-A, da Lei nº 7.014/96, que destaca.

Em seguida destaca o entendimento preconizado no inciso III, do art. 23, do citado diploma legal, que, também, destaca, para então salientar “*erros com base de cálculo diferente (referente) as notas fiscais de compra feita pela empresa*”.

Momento depois, apresenta seus pedidos:

1. Ajuste dos valores com base de cálculo correta que a empresa compra.
2. Pelo exposto, requer nulidade total, com o respectivo arquivamento do Auto de Infração mencionado, por “Sede de Justiça”.

Às fls. 44/45 dos autos, a agente Fiscal Autuante produz Informação Fiscal, que a seguiu passo a apresentar:

Diz que a notificada, em sua contestação, solicita que sejam realizados “*ajuste dos valores com base de cálculo correta que a empresa compra*”. Neste sentido, da análise dos documentos anexados na peça de defesa, diz constatar:

- a. Contribuinte identificado, em epígrafe, não apresentou qualquer documento ou planilha de cálculo, em forma física ou digital, que embase/comprove as suas alegações. Diz que a mídia digital anexa ao processo se encontra vazia de dados.
- b. Os débitos que compõe esta notificação referem-se aos exercícios de 2016, 2017 e 03/2018. Por sua vez, registra que os DAE’s apresentados como comprovação de quitação dos débitos reclamados possuem referências “*fora da cobrança*”, conforme destaques que aponta na forma de tabela.

Assim, pontua que, diante das informações elencadas na tabela e análise dos documentos juntados aos autos, afirma que nenhum deles traz qualquer elemento novo ao feito, ao contrário disto apenas documenta, por parte do Contribuinte Autuado, a ausência de pagamentos nos meses em que foram originadas as cobranças.

Pelo exposto, não havendo qualquer elemento para nova análise dos dados, mantém os termos da presente Notificação Fiscal (Auto de Infração) pedindo que seja julgado procedente.

Trata-se, então, de lançamento sob a acusação do Contribuinte Autuado ter deixado de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, referentes aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado nos anos de 2016, 2017 e 2018, com enquadramento no artigo 12-A, da Lei nº 7.014/96, c/c art. 321, inciso VII, alínea “b”, do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/92.

Neste tipo de acusação, exige-se do agente Fiscal Autuante, a elaboração de “*Papel de Trabalho*” identificando o documento fiscal que o Contribuinte Autuado deixou de recolher ou recolheu a menor o imposto (ICMS) por antecipação nos termos do artigo 12-A, da Lei nº 7.014/96.

No caso, em tela, não se observa dos autos, qualquer demonstrativo nessa perspectiva, senão um demonstrativo consolidado por mês, indicando o “*ICMS Devido*”, o “*ICMS a Pagar*”, dentre outras informações como “*Limite de 4%*” e “*Fonte do Limite de 4%*”, sem tampouco destacar os documentos fiscais – “*Notas Fiscais*” - que deram curso as mercadorias adquiridas de fora do Estado e ensejaram a cobrança do imposto (ICMS) antecipação parcial, objeto da autuação.

Neste contexto, em sede de Instrução, este Relator, em respeito ao princípio da ampla defesa e verdade material, em pauta suplementar do dia 31/07/2020, submeteu o presente PAF aos membros da 4ª JJF, onde se decidiu converter o presente processo em diligência a agente Fiscal Autuante, para que sejam adotadas as seguintes providências:

- **Item 1:** apresentar ao sujeito passivo novo demonstrativo de débito da autuação, agora, indicando os documentos fiscais que, de fato, está se cobrando o imposto (ICMS) antecipação parcial, com as seguintes informações: “*nº da nota fiscal*”, “*data de emissão*”, “*unidade da Federação de origem*”, “*alíquota interestadual*”, “*ICMS destacado*”, “*alíquota interna*”, “*ICMS devido*”, “*ICMS a recolher*”, outras informações que entenda necessária à compreensão do

débito lançado.

- **Item 2: intimar o sujeito passivo**, de posse do novo demonstrativo de débito, **reabrindo o prazo de defesa**, a apresentar esclarecimentos de forma pontual, **as considerações de defesa que entendem levar a improcedência parcial ou total da autuação**, por data de ocorrência do lançamento fiscal.
- **Item 3:** de posse das informações apresentadas pelo sujeito passivo destacada no “**Item 2**”, a i. agente Fiscal Autuante deve desenvolver nova Informação Fiscal, conforme os termos do § 6º do art. 127 do RPAF/BA, encaminhando ao órgão competente da INFAZ o presente PAF para os encaminhamentos devidos.

Após cumprido o pedido de diligência, deverá retornar o presente PAF ao CONSEF para instrução, visando o devido julgamento.

Às fls. 49/50, a agente Fiscal estranho feito, produz Informação Fiscal em atendimento a diligência solicitada pela 4º JJF, de fl.46/47, onde diz ter elaborado novo demonstrativo de apuração do ICMS devido por Antecipação Parcial, seguindo as instruções do item 1 do citado pedido de diligência.

Cabe destacar aqui, que esta nova Informação Fiscal foi produzida por agente Fiscal estranho ao feito, a agente de Tributos Dalvaci Pereira Melo Barros (Cadastro 13.123.735-6), dado a aposentadoria da Fiscal Autuante, agente de Tributos Glicia Coelho de Souza (Cadastro 13.192128-0).

Pontua, então, que a autuação consiste no recolhimento a menor do ICMS Antecipação Parcial, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado.

Consigna que o autuado não concorda com os valores remanescentes no citado A.I., uma vez que apresentou Defesa, confrontando todos os valores cobrados.

Após análise da manifestação do autuado, fls. 12 a 42, diz ter verificado o seguinte:

1. Analisando os documentos apresentados pelo autuado, reitera a informação fiscal que a Autuante, ora aposentada, prestou às fls 44 e 45 do referido processo.
2. Apresenta planilhas com novo Demonstrativo de Débito da autuação e 01 mídia digital contendo todos os dados.
3. Assim, diante das informações prestadas acima, e de acordo com o item 02 do pedido de diligência (fls 46) intimou o contribuinte a apresentar esclarecimentos, reabrindo o prazo de defesa.

Às fls. 58, vê-se Termo de Intimação ao Contribuinte Autuado, dando ciência da Informação Fiscal produzida às 49/50 dos autos, a pedido da 4ª JJF. Têm-se que o envio do termo se deu por AR/Correio, em 23/01/23, não logrando êxito na sua entrega. Também se ver o Termo de Intimação ao autuado, por edital, conforme cópia do D.O.E datado de 08/03/2023, que se manteve silente.

À fl. 62-v, verso, têm-se o despacho da Secretaria Administrativa do CONSEF encaminhando o presente PAF a este Relator, para instrução e julgamento.

VOTO

Trata-se do Auto de Infração, em tela, lavrado em 16/09/2019, resultante de uma ação fiscal realizada por Auditor Fiscal lotado na unidade Fazendária INFAZ COSTA DO CACAU, em que, no exercício de suas funções de Fiscalização, em cumprimento da O.S.: 503002/19, constituiu o presente lançamento fiscal de exigência de imposto por ter deixado de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado

nos anos de 2016, 2017 e 2018, conforme demonstrativo de fls. 7 dos autos. Lançado ICMS no valor de R\$ 286.038,05, com enquadramento no art. 12-A, da Lei nº 7.014/96, c/c art. 321, inciso VII, alínea “b”, do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012 e multa de 60% aplicada na forma do art. 42, inc. II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96.

De pronto, têm-se de arguição de defesa, do sujeito passivo, a ocorrência “*erros com base de cálculo diferente (referente) as notas fiscais de compra feita pela empresa*”; o que requer, ao seu entender, nulidade do Auto de Infração, em tela, com o seu respectivo arquivamento.

Em sede de Informação Fiscal, a agente Autuante, registra que o contribuinte identificado, em epígrafe, não apresentou qualquer documento ou planilha de cálculo, em forma física ou digital, que embase/comprove as suas alegações.

Observo que o lançamento fiscal, em lide, diz respeito a acusação do Contribuinte Autuado ter deixado de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, referentes aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado nos anos de 2016, 2017 e 2018, com enquadramento no artigo 12-A, da Lei nº 7.014/96, c/c art. 321, inciso VII, alínea “b”, do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/92.

Neste tipo de acusação, portanto, exige-se do agente Fiscal Autuante, a elaboração de “*Papel de Trabalho*” identificando o documento fiscal que o Contribuinte Autuado deixou de recolher ou recolheu a menor o imposto (ICMS) por antecipação nos termos do artigo 12-A, da Lei nº 7.014/96.

No caso, em tela, não se observa dos autos, qualquer demonstrativo nessa perspectiva, senão um demonstrativo consolidado por mês, indicando o “*ICMS Devido*”, o “*ICMS a Pagar*”, dentre outras informações como “*Limite de 4%*” e “*Fonte do Limite de 4%*”, sem tampouco destacar os documentos fiscais – “*Notas Fiscais*” - que deram curso as mercadorias adquiridas de fora do Estado e ensejaram a cobrança do imposto (ICMS) antecipação parcial, objeto da autuação.

Neste contexto, em sede de instrução do presente PAF, este Relator Julgador, em respeito ao princípio da ampla defesa e verdade material, em pauta suplementar do dia 31/07/2020, submeteu o presente PAF aos membros da 4ª JJF, onde se decidiu converter o presente processo em diligência a agente Fiscal Autuante, para que sejam adotadas as seguintes providências:

- **Item 1:** apresentar ao sujeito passivo novo demonstrativo de débito da autuação, agora, indicando os documentos fiscais que, de fato, está se cobrando o imposto (ICMS) antecipação parcial, com as seguintes informações: “*nº da nota fiscal*”, “*data de emissão*”, “*unidade da Federação de origem*”, “*alíquota interestadual*”, “*ICMS destacado*”, “*alíquota interna*”, “*ICMS devido*”, “*ICMS a recolher*”, outras informações que entenda necessária à compreensão do débito lançado.
- **Item 2: intimar o sujeito passivo**, de posse do novo demonstrativo de débito, **reabrindo o prazo de defesa**, a apresentar esclarecimentos de forma pontual, **as considerações de defesa que entendem levar a improcedência parcial ou total da autuação**, por data de ocorrência do lançamento fiscal.
- **Item 3:** de posse das informações apresentadas pelo sujeito passivo destacada no “**Item 2**”, a i. agente Fiscal Autuante **deve desenvolver nova Informação Fiscal**, conforme os termos do § 6º do art. 127 do RPAF/BA, encaminhando ao órgão competente da INFAZ o presente PAF para os encaminhamentos devidos.

Às fls. 49/50, a agente Fiscal estranho ao feito, produz Informação Fiscal em atendimento a diligência solicitada pela 4ª JJF, de fl.46/47, onde diz ter elaborado novo demonstrativo de apuração do ICMS devido por Antecipação Parcial, seguindo as instruções do item 1 do citado pedido de diligência.

Destaco que a nova Informação Fiscal foi produzida por agente Fiscal estranho ao feito, a agente de Tributos Dalvaci Pereira Melo Barros (Cadastro 13.123.735-6), dado a aposentadoria da Fiscal Autuante, agente de Tributos Glicia Coelho de Souza (Cadastro 13.192128-0).

Pontua, então, a agente Diligente que a autuação consiste no recolhimento a menor do ICMS Antecipação Parcial, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado.

Consigna que, após análise da manifestação do autuado, de fls. 12/42 do presente PAF, reitera a informação fiscal que a agente Autuante, ora aposentada, prestou às fls 44/45 dos autos e apresenta planilhas com o Demonstrativo de Débito da autuação, mantendo o valor originalmente lançado, contendo todos os dados do *“item 1”* do pedido de diligência da 4ª JJF, acima destacado.

Vê-se à fl. 58 dos autos, Termo de Intimação, ao Contribuinte Autuado, dando ciência da Informação Fiscal produzida às 49/50 dos autos, a pedido desta 4ª JJF. Têm-se que o envio do termo se deu por AR/Correio, em 23/01/23, não logrando êxito na sua entrega. Também se ver o Termo de Intimação ao autuado, por edital, conforme cópia do DOE datado de 08/03/2023, que se manteve silente.

Registro, então, que na dicção do art. 2º do RPAF/BA, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, a instauração, o preparo, a instrução, a tramitação e a decisão do processo administrativo são regidos pelos princípios da verdade material, da legalidade, da ampla defesa e do devido processo legal, na forma a seguir destacada:

Art. 2º Na instauração, preparo, instrução, tramitação e decisão do processo administrativo e dos procedimentos administrativos não contenciosos, atender-se-á aos princípios da oficialidade, da legalidade objetiva, da verdade material, do informalismo e da garantia de ampla defesa, sem prejuízo de outros princípios de direito. (Grifos acrescidos)

Por sua vez, o parágrafo único, do art. 142 do CTN (Lei nº 5.172/1966), vincula a atividade fiscal às normas estabelecidas pela legislação tributária vigente, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação ao efetuar o lançamento do crédito tributário.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional. (Grifos acrescidos)

Destaco ainda, que o art. 20 do RPAF/BA, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, expressamente determina que a nulidade seja decretada, de ofício ou a requerimento do interessado, pela autoridade competente para apreciar o ato:

Art. 20. A nulidade será decretada, de ofício ou a requerimento do interessado, pela autoridade competente para apreciar o ato. (Grifos acrescidos)

Neste contexto, vejo que a lavratura do Auto de Infração, em tela, objeto em análise, não está compatível para o procedimento fiscal de apuração do ICMS antecipação parcial, relativo ao que dispõe o artigo 12-A, da Lei nº 7.014/96, c/c art. 321, inciso VII, alínea “b”, do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012, que fundamentam a imputação.

Assim, após a análise dos elementos que compõem o presente PAF, constato a existência de vício material no demonstrativo de apuração do débito fiscal, relacionado à constituição do lançamento, que enseja a sua nulificação, mesmo tendo sido posto em sede de diligência fiscal a unidade Fazendária de Origem, para produzir nova Informação Fiscal, sendo produzida por agente Fiscal estranho ao feito, dado a aposentadoria da Fiscal Autuante.

O demonstrativo de apuração do débito fiscal *original trouxe aos autos, apenas, a informação do “ano”, “mês” e “valor do ICMS antecipação parcial devido”*, sem tampouco indicar os documentos fiscais que deram azo a tal cobrança do imposto (ICMS) por antecipação lançado.

Com o pedido de diligência desta 4ª JJF, acima destacado, de apresentar novo demonstrativo de débito da autuação, agora, indicando os documentos fiscais que, de fato, está se cobrando o imposto (ICMS) antecipação parcial, com as seguintes informações: *“nº da nota fiscal”, “data de emissão”, “unidade da Federação de origem”, “alíquota interestadual”, “ICMS destacado”, “alíquota interna”, “ICMS devido”, “ICMS a recolher”*, associado a outras informações que entendesse necessária à compreensão do débito lançado; permitiu, este Relator Julgador, em

parte, verificar como o agente Autuante chegou aos valores indicados no demonstrativo de débito original de fl. 7 dos autos.

A diligência foi cumprida por agente Fiscal estranho ao feito, conforme anteriormente destacado e, o mesmo, ratificou o valor originalmente lançado pela a agente Autuante, sem tampouco traçar qualquer linha explicando tal entendimento. Observa-se que o novo levantamento fiscal, elaborado nos moldes do solicitado por esta 4ª JJF, não se ver a informação do valor do documento que se está sendo apurado o imposto (ICMS) antecipação parcial, todavia, consultando o Sistema de Nota Fiscal Eletrônica, apondo o número do documento fiscal indicado no levantamento, pode-se observar o valor do documento fiscal, objeto da autuação, mais especificamente o valor da base de cálculo do crédito constituído.

Neste contexto fora desenvolvido, por este Relator Julgador, em sede de instrução do presente PAF, a verificação do imposto (ICMS) antecipação parcial calculado, de algumas das operações, objeto da autuação, onde pude observar, relativamente a alguns documentos fiscais, erro na apuração do imposto lançado.

O documento fiscal de nº 1140078 (02/07/2016) diz respeito a uma operação de aquisição de produtos oriundos do Estado Goiás. O valor desse documento fiscal é de R\$ 1.481,89. Logo, aplicando a alíquota de 18%- *alíquota interna* - que é o que a legislação determina, encontra-se o valor de R\$ 266,74 de ICMS devido na operação, abatendo, então, o imposto (ICMS) interestadual à alíquota de 12%, correspondente ao valor de R\$ 177,83, que é o valor do imposto (ICMS) destacado no documento fiscal e informado no demonstrativo de débito, encontra-se o imposto (ICMS) antecipação parcial, que é o objeto da autuação. Têm-se, assim, o ICMS antecipação parcial de R\$ 88,91 (R\$ 266,74 – R\$ 177,83); entretanto o valor que está sendo cobrado no levantamento, de forma equivocada, é de R\$ 266,74, quando deveria cobrar o valor de R\$ 88,91, que é o imposto (ICMS) antecipação parcial devido na operação em análise. Esse equívoco é observado em outras operações lançadas no demonstrativo de débito da autuação.

Por outro lado, analisando o documento fiscal de nº 7497 (24/08/2016) que diz respeito a uma operação de aquisição de produtos oriundos do Estado de Minas Gerais. O valor desse documento fiscal é de R\$ 4.835,88. Logo, aplicando a alíquota de 18%- *alíquota interna* - que é o que a legislação determina, encontra-se o valor de R\$ 870,46 de ICMS devido na operação, abatendo, então, o imposto (ICMS) interestadual à alíquota de 7%, correspondente ao valor de R\$ 338,51, que é o valor do imposto (ICMS) destacado no documento fiscal e informado no demonstrativo de débito da infração, encontra-se o imposto (ICMS) antecipação parcial, que é o objeto da autuação. Têm-se, assim, o ICMS antecipação parcial devido de R\$ 531,95 (R\$ 870,46 – R\$ 338,51); entretanto o valor que está sendo cobrado no levantamento, de forma equivocada, é de R\$ 536,44, quando deveria cobrar o valor de R\$ 531,95, que é o imposto (ICMS) antecipação parcial devido na operação em análise. Esse equívoco é observado em outras operações lançadas no demonstrativo de débito da autuação.

Esses equívocos destacados acima só foram possíveis observar, com o novo demonstrativo de débito elaborado pelo agente Fiscal diligente estranho ao feito, a pedido desta 4ª JJF, que se limitou, apenas, a reconstituir o demonstrativo de débito da autuação nos moldes estipulado por esta junta de julgamento fiscal, sem tampouco desenvolver qualquer análise do imposto (ICMS) originalmente lançado.

Vejo, então, que não há elementos nos autos, mais especificamente no demonstrativo de débito original da autuação; ou mesmo no novo demonstrativo de débito elaborado em sede de diligência fiscal, por fiscal estranho ao feito, a pedido desta 4ª JJF, que determinem, com segurança, o cometimento da infração no volume imputado ao sujeito passivo.

Voto, então, pela nulidade da autuação, com fundamento no art. 18, inc. IV, “a”, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, considerando a existencia de vícios materiais, no instrumento de apuração do débito lançado, mesmo sendo colocado em diligência em observância ao § 1º do citado artigo, acarretando incerteza na determinação do valor do débito, cuja elucidação, nestes

autos, em nova diligência fiscal, implicaria em uma nova ação fiscal.

Todavia, represento à autoridade fazendária competente para verificar a possibilidade de renovação do procedimento fiscal a salvo de falhas na forma do art. 21 do RPAF, observando o aspecto decadencial de constituição do crédito fiscal.

Por todo o exposto, voto pela NULIDADE do Auto de Infração, em tela.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULO** o Auto de Infração **nº 192128.0085/19-8**, lavrado contra **ANDRESSA L SILVA ARTIGOS DO VESTUÁRIO**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 21 de junho de 2023.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

JOÃO VICENTE COSTA NETO – RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ – JULGADORA